

# Centrão menospreza parecer e critica posições de Cabral

BRASÍLIA — O Centrão menosprezou o parecer do Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que desprezou muitas das propostas do grupo. Segundo o coordenador do Centrão que elaborou as emendas, Deputado José Lins (PFL-CE), o parecer não tem o menor significado. Mas o grupo ficou indignado com a atitude do Relator. Tanto José Lins como outros líderes criticaram a superficialidade do trabalho de Cabral e seu comportamento desleal em relação ao grupo.

Na opinião de José Lins, o relatório de Cabral demonstra, logo de início, que ele não teve tempo para examinar o conteúdo das emendas, e foi muito drástico na discriminação das propostas do Centrão. José Lins disse que o comportamento do Relator parece indicar que ele se esforçou para estabelecer o confronto entre o Centrão e o grupo que o segue, minoritário na Constituinte.

Já esperávamos que nossas emendas não seriam acolhidas. Mas ele sequer se deu o trabalho de lê-las. Mas, a não ser para marcar posição, o parecer não tem o menor significado, porque o projeto da Comissão de Sistematização desapareceu com a mudança do Regimento.

Para o Deputado Guilherme Affif Domingos (PL-SP), Cabral foi coerente de certa forma, colocando-se em posição de confronto com o Centrão. Mas lamentou que ele tivesse adotado uma típica posição de "não li e não gostei". Segundo Affif, se Cabral tivesse se dado ao trabalho de ler as



Affif: "Ele não leu e não gostou"

emendas do Centrão, chegaria à conclusão de que as propostas do grupo melhorariam, em muitos pontos, o projeto da Comissão.

As propostas do Centrão divergem, em pontos nevrálgicos, das do projeto de Constituição. E Cabral assumiu o confronto ao lado das minorias, embora tenha sido eleito Relator pelo centro. Este comportamento vai lhe causar problemas, pois o deixou numa situação muito difícil — afirmou.

Outro líder do Centrão, o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), afirma que desde o início desta última fase da Constituinte Cabral vem se comportando em desacordo com o tratamento que lhe foi dispen-



Cardoso Alves: profunda decepção

sado pelo grupo. Cardoso Alves explica que, quando o projeto que alterou o Regimento da Constituinte foi redigido, um grupo expressivo do Centrão defendia a extinção do cargo de Relator e o conseqüente afastamento de Cabral. Em seu lugar, o Presidente da Constituinte nomearia vários relatores em plenário.

Em nome da elegância e do coleguismo, decidimos mantê-lo. E mais, adotar boa parte do projeto da Comissão, mesmo depois que o novo Regimento mandou Cabral e a Comissão para as calendas. Não houve reciprocidade dele ao trato que lhe dispensou a maioria. Ele mostrou que nos é hostil. E há entre nós uma profunda decepção com ele — disse.

## Realismo

O CENTRÃO não concorda com a realização de sessões da Constituinte aos sábados e domingos.

À PRIMEIRA vista, parece uma tentativa de sabotar o esforço de agilização dos trabalhos.

NA VERDADE, trata-se de atitude realista. Como concordarão todos os que já viram o movimento do aeroporto de Brasília nas sextas-feiras à noite.

## Emenda de Lucena e Maurílio é entregue

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, recebeu ontem a emenda presidencialista resultante da fusão das emendas Humberto Lucena/Vivaldo Barbosa e Maurílio Ferreira Lima e admitiu ser favorável à proposta, lembrando que sempre foi defensor de um sistema presidencialista com um Congresso forte.

O texto da fusão das duas emendas — feita para corrigir os problemas técnicos na de Lucena e Vivaldo, que tem 349 assinaturas — ficou pronto ontem pela manhã e foi elaborado por José Paulo Cavalcanti Filho.

A nova emenda mantém a proposta de Lucena integralmente, já que este temia que qualquer alteração tornasse a emenda alvo de imputação no plenário, e engloba a de Maurílio na parte referente ao Poder Legislativo. Este trecho da emenda — justamente o que faltava na de Lucena — transfere todas as atribuições destinadas ao Primeiro-Ministro para o Presidente da República; o projeto mecanismos típicos parlamentarismo como a dissolução da Câmara e prevê, entre outras prerrogativas do Congresso, a aprovação de moção de censura a Ministros de Estado.

Ao receber a emenda das mãos de Maurílio e do Deputado Vivaldo Barbosa, Ulysses prometeu encaminhá-la o quanto antes ao Relator Bernardo Cabral, para novo parecer. Cabral e seus relatores adjuntos não quiseram participar da elaboração do novo texto, já que são parlamentaristas e fizeram várias objeções às emendas.

Maurílio mostrou ter certeza quanto ao empenho do Deputado Ulysses Guimarães pelo sucesso da proposta.

Vamos ganhar com seu voto — disse Maurílio a Ulysses.

Você sabe que sou favorável ao presidencialismo — respondeu Ulysses.

# Signatários da emenda Iensen têm prioridade

BRASÍLIA — As reuniões ministeriais no Palácio da Alvorada, além de servirem para a formulação de um programa administrativo até 1990, têm um objetivo vital para o Presidente José Sarney: garantir aos 317 signatários da emenda Matheus Iensen (PMDB-PR), que fixa em cinco anos o mandato presidencial, prioridade absoluta no atendimento de seus pedidos aos Ministérios. O Presidente, de acordo com fonte do Governo, determinou que os Ministros se encarreguem de manter unido esse grupo de parlamentares.

Sarney recomendou ainda que esses parlamentares obtenham dividendos nas suas regiões, aparecendo como os intermediários dos benefícios concedidos pelo Governo a Prefeituras e Governos estaduais. Para subsidiar os Ministros, o Palácio do Planalto, de acordo com a mesma fonte, dispõe de minucioso levantamento dos interesses regionais e pessoais de cada um dos signatários da emenda Iensen.

A estratégia do Planalto chega a estabelecer um processo seletivo na convocação dos Ministros que comparecem ao Alvorada. Até agora, segundo o informante, foram excluídos os Ministros que politicamente teriam pouco a acrescentar, como os da Cultura, Celso Furtado, da Previ-



Sant'Anna: lugar cativo nas reuniões

dência, Renato Archer, da Indústria e Comércio, José Hugo Castello Branco, e das Minas e Energia, Aureliano Chaves.

Embora politicamente fortes, Archer e Aureliano foram excluídos porque o Governo não vê possibilidade de atraí-los para a estratégia. Ambos sustentam uma posição de equidistância do processo decisório constituinte. Aureliano o faz publicamente, repetindo a declaração de

que acredita na independência dos Poderes. Para reforçar a informação, Aureliano, após a solenidade de posse do Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, ontem, no Palácio do Planalto, disse sobre as reuniões: "Não fui convidado e, se for, direi lá que não interfiro na autoridade do Poder Legislativo".

Por essa razão, a questão da inversão da pauta, de modo a decidir primeiro o mandato e o sistema de governo, tornou-se secundária para Sarney. Embora o Governo aprecie a idéia de decidir logo a duração do mandato, há quase um consenso de que essa providência regimental interessa, em primeiro lugar, aos que defendem os quatro anos.

Ouço dizer que o Mário Covas já fez declarações nesse sentido. Eu acho que os que defendem os quatro anos ou asseguram agora esse prazo ou não conseguem mais, porque o próprio processo inviabilizará eleições este ano — disse o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que tem lugar cativo nas reuniões.

O que o Governo defende com maior discrição é a possibilidade de um grande acordo político que permita agilizar o trabalho da Constituinte e, ao mesmo tempo, proporcionar o mandato presidencial, proporcionando estabilidade política a Sarney.

## Governo fará pesquisa sobre a inversão da pauta

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney encomendou ao Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), um levantamento objetivo, a partir de conversas com constituintes, sobre a viabilidade da proposta de inversão da pauta de votação da Constituinte, para que a duração de seu mandato e o sistema de governo sejam definidos em primeiro lugar.

Este estudo deverá estar pronto até quarta-feira e, se concluir que há apoio de mais de 200 parlamentares à proposta, Sant'Anna apresentará ao Presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, um requerimento de inversão de pauta para ser votado pelo plenário.

Entendo que o grande problema é a preliminar política. Se conseguirmos um entendimento político, as dificuldades regimentais estarão superadas — disse Sant'Anna, para quem 200 votos favoráveis e uma decisão de Ulysses de colocar o requerimen-

to em votação são suficientes para inverter a pauta.

O Líder do Governo iniciou entendimentos com vários setores sobre o assunto e até agora os resultados de sua análise dão "meio a meio", ou seja, os constituintes dividem-se quanto à idéia.

Sant'Anna disse, contudo, que as posições contrárias como a do Centrão, por exemplo, são "reversíveis". Ele tem conversado também sobre o assunto com Ulysses Guimarães e admite que a boa vontade do Presidente da Constituinte para com um possível requerimento é fundamental.

Para Carlos Sant'Anna, a antecipação da votação sobre a duração do mandato de Sarney "favorece a todos". No caso dos defensores de quatro anos, por exemplo, o argumento é de que se a decisão não for tomada agora, poderá haver maior demora

nos trabalhos da Constituinte, inviabilizando a realização de eleições este ano.

No caso do Governo, segundo Sant'Anna, a protelação de uma decisão — e conseqüentemente, de todo o trabalho da Constituinte — irá entrar a máquina administrativa e atrapalhar as decisões de Governo.

Temos a impressão de que o que mais entrava e dificultava os entendimentos na Constituinte são os fatores conjunturais: o mandato presidencial e o sistema de governo — disse Sant'Anna, reproduzindo avaliação feita nas reuniões do Presidente com seus auxiliares mais diretos. De acordo com o Líder governista, o Planalto está interessado na agilização da Constituinte e até mesmo os governadores que são candidatos à Presidência teriam interesse na inversão, já que o prazo de desincompatibilização costuma correr a partir de maio.

## Ulysses vai negociar para definir a votação

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, anunciou ontem que irá manter uma série de reuniões com as lideranças partidárias, a partir da próxima terça-feira, na tentativa de definir os pontos em que será possível ou não obter acordo para a votação em plenário do projeto de Constituição e das emendas.

Vou colocar cada assunto em discussão e perguntar a todos os líderes com o que concordam, especialmente em questões como reforma agrária, pluralidade sindical, conceito de empresa estrangeira e nacional, e estabilidade. No que não for possível obter acordo, já sabermos que a decisão será dada pelo voto — disse.

Ontem, em reunião com o Relator, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o Presidente da Constituinte estabeleceu um roteiro para a votação — cujo início é previsto para a próxima quarta-feira.

Com base nas novas regras regimentais, a votação começará pelas emendas coletivas, que tem preferência automática, e continuará com os destaques para votação em separado, emendas simples e, em dois blocos, as emendas com parecer favorável e aquelas com parecer contrário do Relator.